



União das
Freguesias de

CASTRO VERDE E CASÉVEL

18.10.2012
Apreciado em Reunião
de Junta
Jas. 18-11-12
D. Inês

6
S. Maria
Alc. 18-11-12

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CASTRO VERDE CASÉVEL

REGIMENTO

CAPÍTULO I

DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA

ARTIGO 1º

FINALIDADE DO EXERCÍCIO DO MANDATO

A atividade dos vogais da Assembleia da União das Freguesias visa o cumprimento da Constituição da República Portuguesa, o acatamento da legalidade democrática, a defesa dos interesses das Freguesias e a promoção do bem estar da população.

ARTIGO 2º

DURAÇÃO DO MANDATO

O mandato dos Vogais da Assembleia da União das Freguesias inicia-se imediatamente após o ato de instalação da Assembleia eleita, termina com o ato da instalação da Assembleia subsequente e tem a duração de quatro anos, sem prejuízo da cessação por outras causas previstas na lei.

ARTIGO 3º

VERIFICAÇÃO DE PODERES

1. Os poderes dos membros da Assembleia da União das Freguesias são verificados pelo cidadão melhor posicionado na lista vencedora ou pelo Presidente da Assembleia cessante.
2. A verificação dos poderes consiste na verificação da identidade e legitimidade dos eleitos.

ARTIGO 4º

PERDA DE MANDATO

1. Perdem o mandato os membros da Assembleia da União das Freguesias que:

6
Sousa
Alv

- a) Após a eleição, sejam colocados em situação que os torne inelegíveis ou, relativamente aos quais se tornem conhecidos elementos supervenientes reveladores de uma situação de inelegibilidade já existente, mas não detetada, previamente à eleição.
 - b)- Após a eleição se inscrevam em partido diverso daquele pelo qual foram apresentados ao sufrágio eleitoral.
 - c)- Sem motivo justificado, deixem de comparecer a três sessões ou a seis reuniões seguidas ou a seis sessões ou doze reuniões interpoladas.
 - d)- Se encontrem abrangidos pelo disposto no n.º 2 do art.º 8.º do Dec-Lei n.º 27/96, de 1 de Agosto.
 - e)- Incorram, por acção ou omissão, em ilegalidade grave ou numa prática delituosa continuada, verificada em inspeção, inquérito ou sindicância e expressamente reconhecidas como tais pela entidade tutelar.
- 2. A decisão de perda do mandato é da competência do tribunal administrativo de círculo, podendo qualquer membro do órgão interpor a respectiva acção.
 - 3. A interposição do recurso determina a suspensão da executividade da deliberação recorrida, ficando, porém, suspenso o mandato do recorrente até decisão do Tribunal.
 - 4. Ao Presidente da Assembleia da União das Freguesias compete participar ao representante do Ministério Público as faltas injustificadas dos membros da Assembleia, quando excedam os limites legais.

ARTIGO 5º

RENÚNCIA DO MANDATO

- 1. Os membros da Assembleia da União das Freguesias podem renunciar ao mandato, mediante declaração escrita e dirigida ao Presidente da Assembleia, o qual deverá tornar pública a ocorrência por edital nos locais de estilo e providenciará pela imediata substituição do renunciante.

ARTIGO 6º

SUSPENSÃO DE MANDATO

- 1. Determinam a suspensão do mandato:
 - a)- Deferimento do requerimento de substituição temporária por motivo relevante dirigido ao Presidente da Assembleia e apreciado pelo plenário, na reunião imediata à sua apresentação.

- b)- Procedimento criminal nos mesmos termos em que a lei determina a suspensão de funções dos funcionários públicos, por motivo de despacho de pronúncia passado em julgado.
2. A suspensão do mandato não poderá ultrapassar 365 dias, no decurso do mandato, salvo o caso previsto na alínea b) do n.º 1 e se, no primeiro dia útil seguinte ao termo daquele prazo, o interessado manifestar, por escrito, a vontade de retomar funções.
3. Por motivo relevante entende-se em especial:
- a) Doença comprovada.
 - b) Atividade profissional inadiável.
 - c) Exercício dos direitos de paternidade e maternidade.
 - d) Afastamento temporário da área da autarquia por período superior a 30 dias.
4. No caso da alínea a) do n.º 1, a suspensão do mandato cessa após o decurso do período respetivo ou pelo regresso antecipado do membro da Assembleia, devidamente comunicado pelo próprio Presidente da Assembleia.
5. Durante o seu impedimento, o membro da Assembleia será substituído nos termos estipulados na lei.
6. Logo que o membro da Assembleia retome o exercício do seu mandato, cessam automaticamente nessa data todos os poderes de quem o tenha substituído.

ARTIGO 7º

PREENCHIMENTO DE VAGAS

1. As vagas ocorridas na Assembleia da União das Freguesias e respeitantes a membros eleitos diretamente são preenchidos pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista ou, tratando-se de coligação, pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga.
2. Quando, por aplicação da regra contida na parte final do número anterior, se torne impossível o preenchimento da vaga por cidadão proposto pelo mesmo partido, o mandato será conferido ao candidato imediatamente a seguir na ordem de precedência da lista apresentada pela coligação.

ARTIGO 8º

COMPETÊNCIAS DA ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS

1. Compete à Assembleia da União das Freguesias:
 - a)- Eleger, por voto secreto e pelo período do mandato, os vogais da Junta de Freguesia.
 - b)- Eleger, por voto secreto, o Presidente e os Secretários da Mesa.

Sousa
Amf

Sanfona
Aracy

- c)- Elaborar e aprovar o Regimento.
- d)- Acompanhar e fiscalizar a atividade da Junta, sem prejuízo do exercício normal da competência desta.
- e)- Aprovar o Plano Anual de Atividades e o Orçamento, bem como as suas revisões, propostas pela Junta.
- f)- Aprovar anualmente o Relatório de Atividades e as Contas de Gerência apresentadas pela Junta.
- g)- Deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho, para estudo de problemas relacionados com o bem estar da população da União das Freguesias, no âmbito das suas atribuições e sem interferência na atividade normal da Junta.
- h)- Solicitar e receber, através da Mesa, informações sobre assuntos de interesse para a União das Freguesias e sobre a execução de deliberações anteriores, o que poderá ser requerido por qualquer membro, em qualquer momento.
- i)- Estabelecer as normas gerais de administração do património da União das Freguesias ou sob a sua jurisdição.
- j)- Deliberar sobre a administração das obras públicas que por lei estejam sob jurisdição da União das Freguesias.
- k)- Aceitar doações, legados e heranças a benefício de inventário.
- l)- Estabelecer, sob proposta da Junta, as taxas da União das Freguesias e fixar os respetivos quantitativos nos termos da lei.
- m)- Aprovar sob proposta da Junta, os quadros de pessoal dos diferentes serviços da União das Freguesias e fixar, nos termos da lei, o regime jurídico e as remunerações dos seus funcionários.
- n)- Autorizar a Junta a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 220 vezes a remuneração mínima mensal garantida (RMMG).
- o)- Deliberar, sob proposta da Junta, sobre a criação, duração e extinção de serviços dependentes dos órgãos da União de Freguesias.
- p)- Aprovar posturas e regulamentos por proposta da Junta.
- q)- Ratificar a aceitação, por parte da Junta, da prática de atos da competência da Câmara Municipal, naquela delegados.
- r)- Declarar a perda de mandato na Assembleia da União das Freguesias do Presidente da Junta, em resultado das faltas injustificadas, quer na Junta quer na Assembleia Municipal e comunicadas por aqueles órgãos.

Sérgio Gomes
Am-J

- s)- Deliberar sobre apascentação de gados.
 - t)- Pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos de interesse para a União das Freguesias, por sua iniciativa ou por solicitação da Junta.
 - u)- Exercer os demais poderes conferidos por lei.
 - v)- Apreciar a recusa, por ação ou omissão, de quaisquer informações ou documentos, por parte da Junta ou dos seus membros, que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização.
 - x)- Aprovar referendos locais, sobre proposta quer dos membros da Assembleia, quer da Junta, quer da Câmara Municipal, quer dos cidadãos eleitores, nos termos da lei.
2. A estas competências acrescem todas as outras que forem atribuídas pela Lei.

ARTIGO 9º

DEVERES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS

1. Constituem deveres dos membros da Assembleia da União das Freguesias:
- a)- Desempenhar convenientemente as tarefas que lhes forem confiadas e os cargos para que forem designados e prestar contas da sua atividade à Assembleia da União das Freguesias e aos eleitores.
 - b)- Contribuir, pela sua diligência, para a eficácia e o prestígio da Assembleia, com observância da Constituição, das Leis e dos Regulamentos.
 - c)- Comparecer às reuniões da Assembleia e das comissões a que pertencem.
 - d)- Observar a ordem e disciplina fixadas na Lei e no Regimento.
 - e)- Participar nas votações.
 - f)- Respeitar a dignidade da Assembleia e dos seus membros.
 - g)- Manter um contacto estreito com as populações e as organizações populares de base da área das Freguesias.

ARTIGO 10º

DIREITOS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS

1. Constituem poderes dos membros da Assembleia, a exercer singular ou coletivamente, nos termos do Regimento:
- a)- Aprovar posturas, regulamentos ou moções.

6
Sonámbula
Ally

- b)- Requerer a discussão dos atos da Junta da União das Freguesias.
- c)- Apresentar moções à Junta sobre quaisquer dos seus atos ou dos respetivos serviços.
- d)- Propor a constituição de grupos de trabalho ou de comissões necessárias ao exercício das suas atribuições.
- e)- Requerer elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do seu mandato.
- f)- Propor candidaturas para a Mesa da Assembleia e para a Junta da União das Freguesias.
- g)- Fazer requerimentos.
- h)- Apresentar reclamações, protestos e contraprotestos.
- i)- Eleger e ser eleito par a Mesa da Assembleia e Junta da União das Freguesias.
- j)- Eleger e ser eleito para grupos de trabalho e comissões.
- k)- Fazer declarações de voto.
- l)- Usar da palavra, nos termos do Regulamento.

CAPÍTULO II

MESA DA ASSEMBLEIA

ARTIGO 11º

COMPOSIÇÃO DA MESA

1. A mesa, composta por um Presidente, um 1º. Secretário e um 2º. Secretário, será eleita pela Assembleia, de entre os seus membros, por escrutínio secreto.
2. O Presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo Primeiro Secretário e este pelo Segundo Secretário.
3. Na ausência simultânea de todos ou da maioria dos membros da Mesa, a Assembleia elege, por voto secreto, de entre os membros presentes, o número necessário de membros para integrar a Mesa.

ARTIGO 12º

MANDATO E DESTITUIÇÃO DA MESA

1. A Mesa será eleita pelo período do mandato.

2. Os membros da Mesa da Assembleia podem ser destituídos pela Assembleia em qualquer altura, por deliberação tomada pela maioria do número legal dos membros da Assembleia.

Handwritten signature: S. Gonçalves
Handwritten signature: H. Silva

ARTIGO 13º

COMPETÊNCIA DA MESA

1. Compete à Mesa da Assembleia da União das Freguesias:
 - a)- Proceder à conferência das presenças dos membros da Assembleia nas reuniões desta e apreciar a justificação das faltas.
 - b)- Estabelecer com carácter indicativo a ordem de trabalhos das reuniões da Assembleia, depois de ouvidas as comissões.
 - c)- Assegurar, com carácter permanente, o expediente da Assembleia e o funcionamento das comissões.
 - d)- Exercer quaisquer outras competências que lhe sejam conferidas pelo Regimento.
2. Das decisões da Mesa cabe recurso para a Assembleia.

ARTIGO 14º

COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

1. Compete ao Presidente da Assembleia da União das Freguesias:
 - a)- Representar a Assembleia e presidir às reuniões.
 - b)- Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias.
 - c)- Dirigir os trabalhos e manter a disciplina das reuniões.
 - d)- Tornar público, com a antecedência mínima de oito dias, a data, a hora e o local das reuniões da Assembleia, bem como as respetivas ordens de trabalho.
 - e)- Convocar as reuniões extraordinárias, sem observância do prazo estipulado na alínea d), nos casos de urgência justificada.
 - f)- Tornar público, no Boletim da União das Freguesias ou por Edital, nos locais públicos e, obrigatoriamente à porta da sede da Junta, regulamentos e demais deliberações aprovadas pela Assembleia da União das Freguesias.
 - g)- Assegurar o cumprimento do Regimento e as deliberações da Assembleia.

h)- Exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei, pelo Regimento ou pela Assembleia da União das Freguesias.

6
Sousa
Alc.

ARTIGO 15º

COMPETÊNCIA DOS SECRETÁRIOS

1. Compete aos Secretários coadjuvar o Presidente, no exercício das suas funções ou proceder à sua substituição em caso de impedimento, conforme previsto no ponto 2 do Art.º 11º.

CAPITULO III

FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA

ARTIGO 16º

PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA JUNTA

1. A Junta faz-se representar obrigatoriamente nas sessões da Assembleia da União das Freguesias pelo Presidente que pode intervir nos debates, sem direito a voto.
2. Em caso de justo impedimento, o presidente da Junta pode fazer-se representar pelo seu substituto legal.
3. Os vogais da Junta devem assistir às sessões da Assembleia da União das Freguesias, sendo-lhe facultado intervir nos debates, sem direito a voto, a solicitação do plenário, ou com a anuência do Presidente da Junta, ou do seu substituto legal.
4. Os vogais da Junta podem ainda intervir no final da reunião para o exercício do direito da defesa de honra.

ARTIGO 17º

SESSÕES ORDINÁRIAS

1. A Assembleia de Freguesia terá anualmente 4 sessões ordinárias, em Abril, Junho, Setembro e Novembro ou Dezembro, de cada ano.
2. A primeira e a quarta sessão destinam-se, respetivamente, à apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e ainda à apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior e à aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano seguinte.

ARTIGO 18º

SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

1. A Assembleia da União das Freguesias reunirá extraordinariamente por iniciativa da Mesa, ou quando requerida:
 - a)- Pelo Presidente da Junta em execução de deliberação desta.
 - b)- Por um terço dos seus membros.
 - c)- Por um número de cidadãos inscritos no recenseamento eleitoral da União das Freguesias, de acordo com o estipulado no artº.14º ponto 1 alínea c) da lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

ARTIGO 19º

DURAÇÃO DAS SESSÕES

1. As sessões da Assembleia da União das Freguesias não podem exceder a duração de dois dias ou de um dia, consoante se trate de sessão ordinária ou extraordinária, salvo quando a Assembleia delibere o prolongamento do tempo até ao dobro do atrás referido.

ARTIGO 20º

QUORUM

1. As reuniões da Assembleia da União das Freguesias não terão lugar quando não esteja presente a maioria do número legal dos seus membros.
2. Não comparecendo o número de membros exigido, será convocada nova reunião com o intervalo de, pelo menos vinte e quatro horas, podendo o órgão deliberar desde que esteja presente um terço dos seus membros, não inferior a três.

ARTIGO 21º

FUNCIONAMENTO DAS SESSÕES

1. Em cada reunião haverá um período de antes da ordem do dia que não poderá exceder 30 minutos, salvo se a maioria dos membros da Assembleia achar conveniente prolongá-lo, ficando as intervenções de cada membro limitadas ao máximo de 10 minutos.
2. O período de antes da ordem do dia é destinado a tratar dos seguintes assuntos:

*Souza
Alc...*

Santa Glória
Acres

- a)- Leitura resumida do expediente, dos pedidos de informação e esclarecimento e das respectivas respostas, que tenham sido formuladas no intervalo das sessões da Assembleia.
 - b)- Deliberação sobre votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar, que incidam sobre matéria da competência da Assembleia.
 - c)- Interpelações, mediante perguntas à Junta, sobre assuntos da administração da União das Freguesias.
 - d)- Apreciação de assuntos de interesse local.
 - e)- Votação de recomendações ou pareceres que sejam apresentados por qualquer membro, ou solicitados pela Junta e que incidam sobre matéria da competência da Assembleia.
3. O período da ordem de trabalhos será destinado exclusivamente à matéria constante da convocatória.
4. Depois de esgotada a discussão e votação da matéria da ordem de trabalhos, deverá haver um período não superior a uma hora, reservado à intervenção do público e destinado ao pedido e prestação de esclarecimentos sobre assuntos do interesse da União das Freguesias, para o que será concedida a palavra pelo Presidente da Mesa, mediante prévia inscrição dos interessados.
5. Nos períodos de antes e depois da ordem de trabalhos não serão tomadas deliberações, exceptuando as previstas expressamente no presente Regimento.
6. As sessões só podem ser interrompidas, por decisão do Presidente da Assembleia, para os seguintes efeitos:
- a)- Intervalos.
 - b)- Restabelecimento da ordem na sala.
 - c)- Falta de quorum.

ARTIGO 22º

USO DA PALAVRA

1. O uso da palavra será concedido pelo Presidente, nas seguintes condições:
- 1.1. Aos membros da Assembleia:
- a)- Para tratamento de assuntos de interesse local, a conceder no período de antes da ordem dos trabalhos, não devendo o tempo exceder dez minutos por cada membro que para tal se inscreva e por uma só vez.
 - b)- Para reclamações, recursos e protestos, limitando-se as intervenções à indicação sucinta do seu objetivo e fundamento e por tempo nunca superior a cinco minutos.

Sant'Albano
Alc.

- c)- Para exercer o direito de defesa.
- d)- Para intervir nos debates, não podendo cada intervenção exceder dez minutos.
- e)- Para apresentação de propostas, limitando-se aquelas à indicação sucinta do seu objetivo, não podendo a apresentação exceder cinco minutos.

1.2. Aos membros da Junta:

- a)- Para tratamento de assuntos de interesse local, a conceder no período antes da ordem dos trabalhos, não devendo o tempo de intervenção exceder os dez minutos, por cada membro que para tal se inscreva e por uma só vez.
- b)- Para intervir nos debates, não podendo cada intervenção exceder dez minutos.
- c)- Para apresentação do Plano de Atividades e Orçamento ou do Relatório e Contas de Gerência, intervenção que não pode exceder os trinta minutos.

1.3. Aos representantes de organizações populares de base territorial:

- a)- Para tratamento de assuntos de interesse local, a conceder no período antes da ordem dos trabalhos, não devendo o tempo de intervenção exceder cinco minutos, por cada representante que para tal se inscreva e por uma só vez.
- b)- Para intervir nos debates, não podendo cada intervenção exceder dez minutos.

1.4. Aos representantes dos requerentes das sessões extraordinárias:

- a)- Para apresentação e justificação do requerimento da sessão extraordinária, intervenção que não poderá exceder os vinte minutos, para a totalidade dos representantes.
- b)- Para intervir nos debates, não podendo cada intervenção exceder dez minutos.

- 2. Os membros da Mesa que usarem da palavra reassumirão as suas funções imediatamente a seguir à sua intervenção.
- 3. O pedido para esclarecimento limitar-se-á à formulação sintética da pergunta.
- 4. Os membros da Assembleia que queiram formular pedidos de esclarecimento devem inscrever-se logo que finde a intervenção que os suscitou, sendo formulados e respondidos pela ordem de inscrição e de uma só vez.
- 5. Por cada pedido de esclarecimento, ou respetiva resposta, não poderá ser excedido o tempo de três minutos.

6. O disposto nos números anteriores poderá ser alterado eventualmente por consenso da Assembleia ou concessão da Mesa, mas nunca em prejuízo dos direitos neles consignados.
7. No uso da palavra, não serão permitidas interrupções, salvo com autorização do orador e do Presidente da Mesa. O Presidente advertirá o orador quando este se afaste do assunto em discussão ou as suas palavras sejam ofensivas, podendo o Presidente retirar-lhe a palavra se persistir na sua atitude.

S. Magalhães
Alves

ARTIGO 23º

DELIBERAÇÕES E VOTAÇÕES

1. As deliberações da Assembleia são tomadas à pluralidade de votos, estando presente a maioria do número legal dos membros da Assembleia, não contando as abstenções para o apuramento da maioria.
2. As votações realizar-se-ão por escrutínio secreto sempre que se realizem eleições, ou estejam em causa pessoas.
3. A votação será nominal nos demais casos, salvo se o Presidente da Mesa ou a Assembleia decidirem que os interesses em causa serão melhor defendidos através de voto secreto.
4. Serão admitidas declarações de voto orais por período não superior a três minutos, ou escritas, estas a remeter diretamente à Mesa, que as mandará inserir na ata.
5. Só poderá haver uma declaração de voto oral por cada membro da Assembleia da União das Freguesias.
6. Os membros da Assembleia, incluindo o Presidente e os Secretários da Mesa, poderão abster-se nas votações.
7. O Presidente tem voto de qualidade, valendo por dois o seu voto, em caso de empate em votações por escrutínio nominal.
8. Verificado empate numa votação por escrutínio secreto, proceder-se-à imediatamente a nova votação e, se o empate se mantiver, adiar-se-à a deliberação para a reunião seguinte. Se na primeira votação dessa reunião persistir o empate, proceder-se-à a votação nominal.

Santa Clara
Alc. J.

ARTIGO 24º

ATAS

1. De tudo o que ocorrer nas reuniões será lavrada ata, a qual será elaborada pelo funcionário da autarquia designado ou, na sua falta, pelos Secretários, devendo ser subscrita e assinada por quem a lavrou e pelo Presidente.
2. A ata pode ser aprovada em minuta no final da reunião, desde que tal seja decidido pela maioria dos membros presentes, devendo neste caso a minuta ser logo assinada pelos membros da Mesa.
3. As certidões das atas devem ser passadas, independentemente do despacho, pelos Secretários e dentro dos oito dias seguintes à entrada do respetivo requerimento.
4. As certidões das atas podem ser substituídas por fotocópias autenticadas, quando o interessado assim o desejar, ou sempre que através desse meio possam ser alcançados os mesmos objetivos.
5. Todas as pessoas jurídicas poderão requerer certidões ou fotocópias das atas.

ARTIGO 25º

COMISSÕES EVENTUAIS

1. A Assembleia da União das Freguesias pode constituir comissões eventuais, para qualquer fim determinado, as quais se extinguem com a obtenção do seu objetivo.
2. Compete às comissões eventuais apreciar os assuntos, objetos da sua constituição, apresentando os respetivos relatórios nos prazos fixados pela Assembleia.
3. A Assembleia da União das Freguesias, ao criar Comissões específicas pode delegar essa tarefa em elementos estranhos à mesma, na base do artigo 248º da Constituição da República Portuguesa, mas sendo sempre coordenadas por um membro da Assembleia que será eleito por esta.

ARTIGO 26º

DIREITO À PARTICIPAÇÃO SEM VOTO NA ASSEMBLEIA

1. Têm direito a participar na Assembleia da União das Freguesias, sem direito a voto, representantes de organizações populares de base territorial, constituídas na área da União das Freguesias, nos termos da Constituição, e devidamente credenciadas para esse ato pela Assembleia de Moradores.

2. Nas sessões extraordinárias, convocadas nos termos da alínea c) do n.º 1 do artº.18º., terão direito a participar, igualmente sem voto, dois representantes dos requerentes.

ARTIGO 27º

SERVIÇOS DE APOIO

1. Os serviços de apoio à Assembleia da União das Freguesias serão assegurados pelos serviços dependentes da respetiva Junta.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 28º

INTERPRETAÇÃO DOS CASOS OMISSOS

1. Em todos os casos omissos não previstos neste Regimento ou na Lei, a Mesa decidirá, podendo haver recurso imediato de qualquer membro para a Assembleia, competindo, neste caso, a esta, a deliberação final.

ARTIGO 29º

ALTERAÇÕES

1. O presente Regimento poderá ser alterado pela Assembleia, por iniciativa de pelo menos um terço dos seus membros.
2. As alterações do Regimento devem ser aprovadas por maioria absoluta do número legal dos membros da Assembleia.

ARTIGO 30º

PUBLICAÇÃO E VIGÊNCIA

O presente Regimento entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação pela Assembleia da União das Freguesias, sem prejuízo da sua posterior publicação e distribuição a cada um dos membros da Assembleia.

APROVADO EM REUNIÃO DA ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS
DE CASTRO VERDE E CASÉVEL

21 de Novembro de 2017


Sonia Galvão
Apoio Reg.º